

A comunidade como expressão das territorialidades do catolicismo: a comunidade de Santa Luzia em Porangatu (Goiás – Brasil)

Marcos Roberto Pereira Moura

Universidade Estadual de Goiás
Porangatu – Goiás – Brasil
marcosmourageo@gmail.com

Maria Geralda de Almeida

Universidade Federal de Goiás
Goiânia – Goiás – Brasil
mgdealmeida@gmail.com

Resumo: O presente artigo pretende propor uma discussão a respeito da utilização da comunidade como unidade territorial e conceitual pela Geografia. As comunidades ocupam territórios e mantêm fortes relações com estes, demonstrando importante forma de relação entre homens e seu território. A Igreja Católica no processo de constituição de seu território religioso aposta nas comunidades como forma de ampliar sua territorialidade, reforçando os laços de pertencimento. Inicialmente fazemos uma pequena reconstrução teórica do conceito de comunidade e das territorialidades do catolicismo através de uma pesquisa bibliográfica. O texto decorre de uma pesquisa realizada sobre a comunidade católica de Santa Luzia, uma investigação qualitativa, com observação participante, utilizando-se também da história oral. Conclui-se que estudar a comunidade é uma forma válida de se compreender como se dão as relações de determinados grupos humanos com seu território.

Palavras-chave: Comunidade. Territorialidades. Igreja Católica. Comunidade Santa Luzia.

Introdução

Em tempos de mundialização que favorecem o crescente processo de individualização e atomização dos indivíduos, busca-se nos agrupamentos a possibilidade de se sentir seguro e experimentar um meio no qual se possa compartilhar vivência cotidiana e aspirações. Procura-se uma vida em comum. Há muito tempo o ser humano procura o conforto e a segurança de uma comunidade. Tönnies (1973, p. 97) escreveu que “tudo o que é confiante, íntimo, que vive exclusivamente junto, é compreendido como a vida

em comunidade”. Ele afirma que a comunidade é uma união orgânica e fraterna, ao contrário da sociedade, algo constituído pelo individualismo da vida moderna.

Comunidade apresenta-se como um termo escorregadio quanto a sua definição. Para a sociologia é um processo em andamento criar uma definição para comunidade, tarefa empreendida inicialmente por Tönnies (1973). Além disso, comunidade é um termo que vem sendo utilizado para delinear uma larga gama de grupos sociais, como comunidades tradicionais, religiosas, virtuais, entre tantas outras. Ainda assim, uma comunidade pode ser caracterizada como um território onde indivíduos muitas vezes ligados pelos laços de parentesco, relacionam-se em meio ao sentimento de pertença. Entretanto, afinidades e vontades são os principais elementos que unem os indivíduos na constituição de uma comunidade. Um território em que o indivíduo em sua fraqueza individual comungue do empoderamento que ele acredita emanar do grupo. Além do que, amparado por um sentimento de pertencimento àquele grupo, àquele espaço, possa afastar de si o sentimento de solidão que deveras possa lhe perseguir.

As comunidades se fortalecem pelas necessidades e objetivos que as impulsionam. Muitas dessas comunidades são unidas por laços espirituais, uma crença em comum norteia as ações do grupo. Numerosas são as comunidades da Igreja Católica que se organizam em torno da paróquia, ocupando a cidade e o campo. As paróquias estabelecem seus territórios nos municípios e as comunidades são importantes expressões da territorialidade católica, ocupando bairros, povoados e zonas rurais do município.

Ao lançar um olhar sobre essas questões, percebe-se que o estudo das comunidades religiosas da Igreja Católica torna-se significativa forma de se compreender as espacialidades do catolicismo, favorecendo uma conjectura de como se organizam esses territórios religiosos. Utilizando-se há séculos de uma configuração territorialista, tida como principal critério para sua ocupação eclesial, a Igreja Católica vê nas comunidades a possibilidade para uma reforma que propõe valorizar mais os laços de pertencimento entre o grupo católico, do que sua burocrática e fixa ocupação territorial. Documentos publicados nos últimos anos atestam a preocupação católica em fortalecer as comunidades eclesiais.

Levando tudo isso em consideração, esse artigo pretende demonstrar como o estudo de comunidade, termo geralmente mais abordado por sociólogos, além de muitos antropólogos, pode favorecer aos geógrafos na compreensão das territorialidades de diferentes grupos humanos, notadamente aqueles ligados à Igreja Católica. Tendo em vista que as comunidades são coletividades que ocupam determinados territórios e com este mantém forte vinculação, inclusive simbólica, esses agrupamentos nos explicam muito sobre a relação entre sujeitos e seu território, o que muito interessa à Geografia.

O artigo inicia-se com uma breve conceituação de comunidade. Além de serem demonstradas as possibilidades de articulação do conceito com a ciência geográfica. No bojo do conceito de comunidade inserem-se as questões de territorialidade e pertencimento, estas, que já trazem certa familiaridade ao geógrafo que busca a compreensão das várias formas de apropriação do território.

Em seguida, a partir de um ligeiro panorama da igreja Católica no Brasil, trata-se das territorialidades da Igreja Católica. O catolicismo sempre se utilizou de uma estratégia hierárquica e burocrática de apropriação do território, mas, recentemente procura adotar uma postura de maior aproximação aos fiéis a partir da valorização dos ideais comunitários.

No enalço dessas questões, objetiva-se no último tópico demonstrar como a Comunidade de Santa Luzia, no município de Porangatu-GO insere-se no processo territorial da Igreja Católica. Um olhar sobre a citada comunidade é capaz de permitir a compreensão de como a memória coletiva e os laços de pertencimento interatuam com a fé católica na configuração de um território, concreto em seus domínios e simbólico em suas diferentes formas de apropriação.

A intenção do artigo direciona-se a demonstrar como se torna possível à Geografia, evidenciar os elementos materiais e simbólicos em um estudo a partir dos fluídos contornos dos territórios comunitários. Partindo-se da perspectiva de que as comunidades expressam importantes territorialidades de determinado grupo humano, o estudo de uma comunidade possibilita entender como os sujeitos ocupam o espaço. O texto baseia-se em pesquisa bibliográfica e qualitativa, com observação participante, utilizando-se também da história oral.

A Comunidade – relações de pertencimento sobre o território

O ser humano, como um ser social sempre busca a companhia de outros. Viver em isolamento não é uma prática recorrente para a maioria das pessoas, que conseqüentemente buscam a coletividade. Quando se fala em comunidade é como se sugerisse algo comum a determinado grupo de pessoas, logo inspira sentimentos de segurança e conforto que são experimentados por aqueles que se inserem em determinado território, no qual compartilham práticas sociais e elementos simbólicos.

Usualmente utilizado pela sociologia, o estudo da comunidade demonstra interessantes possibilidades também para a Geografia. Pessoas que ocupam territórios nem sempre fisicamente demarcados, mas que estabelecem relações nesses territórios, cunhando

laços de pertencimento. Estudar essas comunidades é uma forma eficiente de se compreender como esses grupos humanos, nas relações entre si e com seu passado comum, relacionam-se com o espaço geográfico.

Há a expectativa de que, ao estudar uma comunidade, este caminho levará ao desvelar dos processos comuns, aspirações, simbolismos e representações. Enfim, permite as investigações a respeito da cultura de comunidades indígenas, quilombolas, rurais ou religiosas. Pode-se inferir que a investigação das relações comunitárias possibilita a aproximação dos traços culturais de um grupo. Uma abordagem cultural na geografia como nos lembram Wagner e Mikesell (2003, p. 28), deve levar em conta que:

A noção de cultura considera não indivíduos isolados ou quaisquer características pessoais que possam possuir, mas comunidade de pessoas ocupando um espaço determinado, amplo e geralmente contínuo, além de numerosas características de crença e comportamento comuns aos membros de tais comunidades.

Os autores defendem que estudar a cultura depende da investigação das comunidades em determinado espaço. Se a cultura está “assentada numa base geográfica” (WAGNER E MIKESELL, 2003, p. 29), logo, depreende-se que ao se estudar uma comunidade é importante estudar seu território. Na mesma medida, os territórios apresentarão características dos grupos humanos que os ocupam.

Assim, os geógrafos citados completam esse entendimento ao afirmarem que:

Uma comunidade de pessoas que compartilha uma cultura comum pode existir encravada numa única aldeia isolada, na qual todos os habitantes estão em contato direto diário, ou pode se estender sobre um vasto território dentro do qual, pessoas, objetos e ideias circulam mais ou menos livre e continuamente (WAGNER E MIKESELL, 2003, p. 29).

No entanto, comunidade é um termo que evoluiu em sua definição, ao passo em que ocorria a evolução da dinâmica dos agrupamentos humanos. À medida que as relações humanas se transformavam por intermédio da urbanização, exigiam-se novas formas de definir a comunidade. Nesse sentido, não há como continuar caracterizando a comunidade com base apenas nas tradicionais comunidades rurais.

Importante figura da sociologia clássica, Tönnies (1973) promoveu respeitável debate entre os termos comunidade e sociedade. Outros sociólogos com base em Tönnies também procuraram estabelecer diálogos entre os dois termos. Nas discussões de Tönnies (1973) os dois termos apresentavam-se como antagônicos e a comunidade seria a

organização social ideal. A sociedade seria um caminho em direção à derrocada da organização comunitária.

Ao considerar a comunidade como algo orgânico, Tönnies (1973, p. 98) pensa a sociedade como coletividade adversa, em sua forma artificial: “[...] a comunidade é a vida comum, verdadeira e durável; a sociedade é somente passageira e aparente. E, numa certa medida, pode-se compreender a comunidade como um organismo vivo e a sociedade como um agregado mecânico e artificial”. O autor percebe a comunidade como situação natural gestada no interior de um grupo que ocupa um ambiente em comum, enquanto que a sociedade seria um agrupamento artificialmente constituído “em terra estrangeira” (TÖNNIES, 1973, p. 97).

No encaixe das discussões entre os conceitos de comunidade e sociedade, alguns anos mais tarde, Weber (2002) definiu a essência da comunidade como baseada em um sentimento de solidariedade, originário das relações sentimentais ou tradicionais. Diferentemente de Tönnies, Weber não vê tanto antagonismo entre comunidade e sociedade. Para este último, muitas das características presentes em uma comunidade podem se avistadas em uma sociedade. Este autor pondera que mesmo em uma sociedade pode existir uma relação amigável entre o balconista e o freguês, por exemplo, indo além de uma relação social utilitária; da mesma forma que em uma comunidade podem estar presentes a luta e o conflito entre membros do grupo.

A forma de enxergar a comunidade, o formato ideal de agrupamento social, livre da maldade e preenchida pela fraternidade, perde espaço na sociologia moderna, assim como o antagonismo entre comunidade e sociedade já não é mais tão aceito. Há elementos das relações sociais que podem ser encontrados tanto em uma comunidade, quanto em uma sociedade.

Em uma visão mais moderna da comunidade, buscou-se fundamentar as características dessa coletividade em outros elementos além dos laços de parentesco e a ruralidade, que definiam a comunidade descrita pela sociologia clássica. Nesse sentido, baseou-se em Palacios (1996), com sua definição de comunidade que eleger como um dos primeiros elementos constituintes de uma comunidade, o sentimento de pertencimento. O autor descreve outras características como constituintes de uma comunidade como:

- a) o sentimento de pertencimento;
- b) uma territorialidade (geográfica e/ou simbólica);
- c) a permanência;
- d) a ligação entre sentimento de comunidade, caráter cooperativo e emergência de um projeto comum;
- e) a existência de formas próprias de comunicação;
- f) a tendência à institucionalização (PALACIOS, 1996, p. 6).

O conceito de comunidade adequa-se muito bem ao conceito de território, pois ambos são permeados pelos processos de territorialidade, marcados pelos sentimentos de pertencimento. Na geografia, as discussões sobre território e territorialidade avançaram consideravelmente em direção à compreensão de diferentes dimensões além das utilitárias. As considerações a respeito das dimensões simbólicas do território e a territorialidade, há algum tempo, já fazem parte dos processos investigativos da ciência geográfica.

Corroborando com a questão, Almeida (2005, p.108) assevera que o território “não se reduz a [...] dimensão instrumental; ele é também objeto de operações simbólicas e é nele que os atores projetam suas concepções de mundo”. O tempo e a memória sedimentam as ligações simbólicas dos indivíduos com o seu território. A vida em comunidade apresenta-se como laços sociais que costuram, solidificam e dão significado a apropriação do território em suas várias dimensões.

Contribuindo com o debate, Haesbaert (2004), sugere ao território a capacidade de ter várias formas, onde sujeitos estabelecem múltiplas territorialidades. Entre as vertentes que o autor atribui ao território, pode-se destacar a simbólico-cultural, em que o território é visto como um produto da apropriação simbólica de uma coletividade. Uma comunidade é uma coletividade que se apropria tanto concretamente como simbolicamente de um território.

Com o pessimismo sobre as relações humanas, pós-modernas, que marcam seus textos, além da coragem que lhe é habitual, Bauman (2003) faz uma categórica crítica ao conceito de comunidade. O autor começa alertando para a capacidade de “seduzir” que está imbricado no conceito:

As palavras têm significado: algumas delas, porém, guardam sensações. A palavra “comunidade” é uma dessas. Ela sugere uma coisa boa: o que quer que “comunidade” signifique, é bom “ter uma comunidade”, “estar numa comunidade”. Se alguém se afasta do caminho certo, frequentemente explicamos sua conduta reprovável dizendo que “anda em má companhia”. Se alguém se sente miserável, sofre muito e se vê persistentemente privado de uma vida digna, logo acusamos a sociedade — o modo como está organizada e como funciona. As companhias ou a sociedade podem ser más; mas não a comunidade. Comunidade, sentimos, é sempre uma coisa boa (BAUMAN, 2003, p. 7).

Ele declara ainda que “comunidade é o tipo de mundo que não está, lamentavelmente, ao nosso alcance — mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir” (BAUMAN, 2003, p. 9). Para esse autor, viver em uma comunidade é mais uma aspiração do que propriamente uma realidade a ser experimentada. A solidariedade, o

conforto e a segurança, que segundo Bauman são próprios de uma comunidade, não podem ser vistos em seu modelo real.

Mas, mesmo que a comunidade atual não possa contar com todas as “sonhadas” características que permeiam a vontade humana, algumas comunidades ainda são unidas e fortalecidas por interesses relativamente comuns, além de manterem certa organização. Muitas comunidades rurais, demarcadas pela Igreja Católica como Comunidades Eclesiásticas de Base, apresentam relativa união em torno de interesses como a questão religiosa, além da questão política, uma vez que essas comunidades constituem importantes órgãos de representatividade frente aos governos.

Assim, ao utilizar-se o agrupamento humano definido como comunidade, tem-se uma base geográfica que favorece a abordagem proposta nesse artigo. Entendendo-se a comunidade como grupo cultural, pode-se solicitar a virtuosa contribuição de Bonnemaison (2002, p. 97) ao considerar que “não existe etnia ou grupo cultural que, de uma maneira ou de outra, não tenha se investido física e culturalmente num território”.

Apresenta-se, nesse caso, um território com dimensões físicas que não são concretas, mas relativamente mensuráveis. Mais do que isso, um agrupamento de pessoas com objetivos comuns que projetam um território simbólico, fortemente associado às histórias de um passado compartilhado.

Comunidade torna-se hoje uma expressão que engloba diversos tipos de coletividade, em diferentes níveis, inclusive virtuais, tornando-se também uma importante forma de vinculação identitária e espacial para a igreja católica, que busca novas formas de aproximação e articulação com seus fiéis, em alternativa a sua fixa e estática configuração territorial.

Territorialidade e “Novas Territorialidades” da Igreja Católica

A Igreja Católica Apostólica Romana passa por um processo de perda de fiéis nas últimas décadas, cedendo quantitativos humanos principalmente para as igrejas evangélicas que crescem consideravelmente, ano após ano. Todavia, o catolicismo continua sendo a religião que detém o maior número de adeptos no Brasil¹. Desse modo, o catolicismo busca novas maneiras de relacionar-se com seus seguidores e o território que ocupam.

¹ Segundo dados do último Censo do IBGE, realizado em 2010, aproximadamente 64% da população brasileira se declararam como Católica Apostólica Romana. Dados disponíveis em:

Em relação ao quantitativo de fiéis, o que preocupa a Igreja Católica pode ser demonstrado no gráfico a seguir. Baseado em dados da Fundação Getúlio Vargas/ Centro de Políticas Sociais –FGV/CPS (fig. 01) o gráfico nos aponta uma queda no número de fiéis que apresentou maior declínio nos anos 1990 em terras brasileiras.

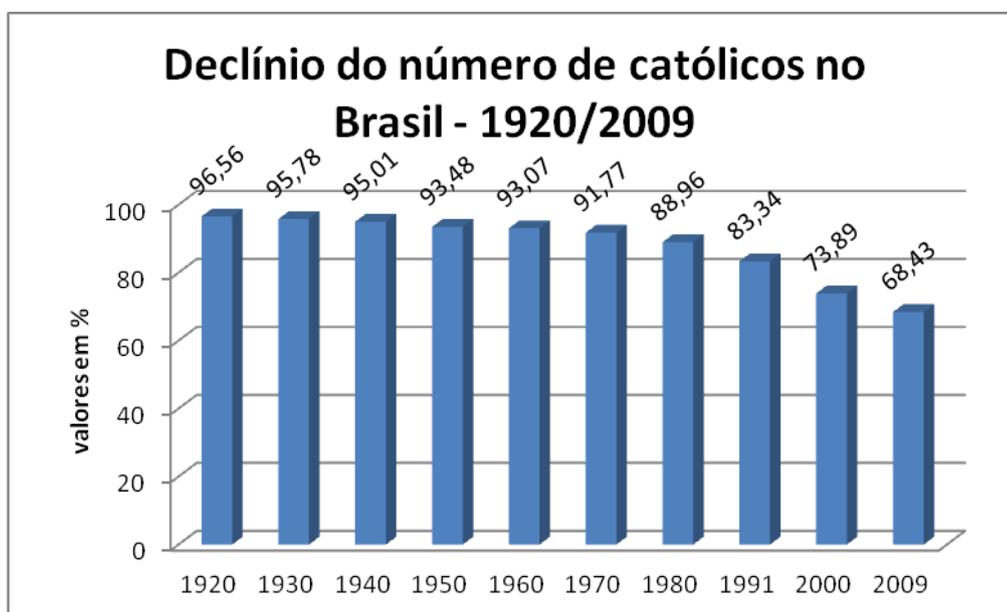


Figura 01: Gráfico sobre o percentual de católicos na população brasileira – 1920/2009.
Fonte: CPS/FGV, 2011; Org.: Marcos Roberto P. Moura, 2014.

Segundo Teixeira Neto (inédito), os católicos em 1872 representavam 99,72% da população do Brasil. Em 2010 essa população é reduzida a 64,6% dos 190 milhões de brasileiros, como esclarece o mesmo autor (inédito). Uma queda vertiginosa, mas que não tira a liderança do catolicismo romano como religião que predomina em número de fiéis no país.

Embora passando por uma constante perda no seu número de seguidores, o catolicismo no Brasil experimenta certo crescimento no número de padres e outros ingressantes no clero. É imprescindível notar que as demarcações territoriais religiosas (Circunscrições Eclesiásticas como Dioceses e Prelazias, Paróquias) também tiveram acréscimo em seus números, como demonstra o quadro a seguir:

Indicador	1990	2010	% de evolução
1. Paróquias	7.478	10.720	43,35
2. Padres	14.198	22.119	55,79
3. Paróquias por diocese	29,32	38,89	32,47
4. Padres por paróquia	1,89	2,06	9,21
5. Habitantes por padre	10.324,88	8.624,97	-16,46

Quadro 1: Indicadores da expansão territorial da igreja católica – 1990/2010

Fonte: CERIS - Centro de Estatística e Investigações Sociais, 2012.

Uma comparação feita entre o gráfico anterior e o quadro subsequente sugere uma preocupação por parte dos dirigentes da igreja católica no Brasil, e em contrapartida o catolicismo toma como estratégia a expansão territorial, com ampliação do número de dioceses e paróquias que cobrem o território nacional. Além de estabelecerem novas relações com o território, o número de paróquias expande-se nos locais em que apresenta demanda. O processo de territorialização do catolicismo é baseado em hierarquias territoriais, como paróquias, dioceses e arquidioceses. Com jurisdições bem demarcadas, tais hierarquias exercem seu domínio em diferentes escalas espaciais e em diferentes escalas de poder.

Cabe, pois à Geografia, buscar a compreensão das dinâmicas territoriais efetuadas pelas ações, práticas, símbolos e representações. Nesses termos, Almeida (2013), propõe que a Geografia precisa estudar os territórios que são intangíveis ou camuflados pela invisibilidade. Segundo a autora, a intangibilidade da fé é investigada pela Geografia da Religião, por intermédio da religião institucionalizada, esta ligada à intangibilidade moral, às relações sociais e ao poder. Por isso, importa à Geografia compreender as territorialidades institucionais do catolicismo.

Em relação às territorialidades da Igreja Católica, Rosendahl (1995, p. 56) enfatiza o poder de controle territorial articulado pelo catolicismo: “É nesta poderosa estratégia geográfica de controle de pessoas e coisas, ampliando muitas vezes o controle sobre territórios que a religião se estrutura enquanto instituição”.

O primeiro nível da instância hierárquica da igreja católica são as comunidades religiosas, que atuam a nível local, tendo como hierarquia ligeiramente superior as paróquias. A Igreja Católica explicita sua territorialidade, que pode ser descrita como “o conjunto de práticas desenvolvido por instituições ou grupos no sentido de controlar um

dato território” (ROSENDAHL, 1995, p. 56). Segundo Sopher (1967, *apud* Rosendahl, 1995), o catolicismo organiza comunidades a fim de fornecer seus serviços rituais, de maneira que serão organizados dois tipos de territórios: os episcopais e os lugares sagrados.

Entre os territórios episcopais “A paróquia representa também, para seus paroquianos, um lugar simbólico, onde cada habitante se insere sem grandes questionamentos e, na maioria dos casos, desenvolve uma forte identidade religiosa com o lugar” (ROSENDAHL, 2001, p. 10).

A territorialidade da igreja católica, no perceptível por intermédio das unidades episcopais e dos fiéis que se organizam em torno delas, caracteriza o que Gil Filho (2008, p. 110) denomina como territorialidade do sagrado: uma instituição religiosa materializa em sua estrutura física no território, mas também se apropria deste de forma simbólica “a territorialidade é o atributo de determinado fato social no qual o poder é imanente”.

Em se tratando de um território sagrado, Gil Filho e Gil (2001, p. 53) ressaltam o “controle e gestão de determinados espaços sagrados por parte de uma instituição religiosa”. Contudo, o catolicismo estabelece sua particular territorialidade, em que o sagrado e o profano possuem limites muito tênues, difíceis de serem precisados.

Ao promover sua territorialidade, a religião impregna o espaço de fortes simbolismos e representações, a partir daí ocorre um movimento dialético, em que a territorialidade promove uma identidade religiosa e uma identidade religiosa molda as configurações do território. De acordo com Gil Filho e Gil (2001, p. 48), “A identidade religiosa seria uma construção histórico-cultural socialmente reconhecível do sentimento de pertença religiosa”.

Sobre a questão cultural que entremeia o mote da religião, vale-se das constatações de Bonjardim e Almeida (2013, p.71) ao certificarem que

a Instituição Católica pode ser entendida como uma instituição religiosa, política e cultural que, a partir de suas atuações sobre o espaço geográfico, tende, simultaneamente, à legitimação de seus territórios e ao fortalecimento de suas territorialidades, por meio da inserção nas sociedades de representações que fazem parte de sua identidade, sendo a maior representação a Igreja monumento [...].

Entretanto, a Igreja Católica, que busca adequar-se aos novos meios que movimentam a sociedade e conseqüentemente a modifica, percebe a necessidade de promover alterações em seus processos territorialistas e burocráticos. Em se tratando da

ocupação espacial, a CNBB² (2014) propõe uma “nova territorialidade”, menos preocupada com o espaço físico e mais aberta aos novos grupos que se formam independentes da organização espacial da igreja, inclusive em espaços virtuais. Essa mesma publicação da CNBB, por via de uma orientação denominada “A paróquia: comunidade de comunidades” enfatiza sua proposta de descentralização e desburocratização dos serviços paroquiais, como os batismos de crianças, por exemplo, que poderiam ser realizados pelas comunidades, que teriam maior autonomia.

Ainda voltando-se para a questão da territorialidade, é relevante o fato de que a Igreja Católica, nesses últimos anos, questiona seu processo de organização e articulação espacial orientado por uma fixa territorialização. Tudo isso fica claro ao lermos a declaração da CNBB (2014, p. 11):

A territorialidade é considerada, há séculos, o principal critério para concretizar a experiência eclesial. Essa concepção está ligada a uma realidade mais fixista e estável. Hoje, o território físico não é mais importante que as relações sociais. A transformação do tempo provoca uma nova noção de limites paroquiais, sem delimitação geográfica.

Defendendo-se o fato de que o território ocupado pela paróquia, atualmente, não é algo imprescindível, devido a maior fluidez do território e mobilidade humana, a Igreja Católica afirma que “Um referencial importante para o ser humano de hoje é o sentido de pertença à comunidade e não tanto o território” (CNBB, 2014, p. 11).

Não obstante o Código de Direito Canônico³ (1983) estabelecer em seu cânon 518⁴ a territorialidade como elemento usual para a criação de uma paróquia, o mesmo cânon abre a possibilidade para a organização de comunidades que independem do espaço físico. É o caso dos grupos que a Igreja Católica denomina como “comunidades ambientais ou transterritoriais”, que podem ser definidas como comunidades católicas formadas por grupos de moradores de rua, universitários, empresários ou artistas, por exemplo.

Contudo, mesmo ao refletir sobre sua organização territorial, propondo mudanças nessa concepção da paróquia como território fixo e estável, o catolicismo não nega a

² A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil é a instituição permanente que congrega os Bispos da Igreja católica no País. Sua missão é garantir maior unidade no processo de evangelização, mantendo permanente contato com a Sé Apostólica (Roma), com outros organismos eclesiais internacionais e Conferências Nacionais, especialmente com as latino-americanas. Disponível em: http://www.cnbb.org.br/documento_geral/OqueeaCNBB.pdf. Acesso em: 21/08/2014.

³ O Código de Direito Canônico é o conjunto ordenado das normas jurídicas do direito canônico que regulam a organização da Igreja Católica Romana. O documento é organizado em cânones que cumprem funções similares aos artigos nos textos legislativos civis.

⁴ Cân. 518 - A paróquia, em regra geral seja territorial e englobe todos os fiéis de um território determinado; onde, porém for conveniente, constituam-se paróquias pessoais, determinadas em razão do rito, da língua, da nação dos fiéis de algum território, ou até por outra razão (Código de Direito Canônico, 1983).

importância de sua estratégia territorial. “A territorialidade [...] não pode ser desprezada. Ela é a referência para a maioria dos católicos que encontram na igreja paroquial um ponto de encontro” (CNBB, 2014, p. 11).

A história de consolidação da Igreja Católica teve e até então mantém fortes relações com sua estrutura territorial. À medida que o número de fiéis passa por consideráveis decréscimos em seu quantitativo, o catolicismo busca novas formas de articulação sobre o espaço, como o fortalecimento das comunidades, buscando um sentimento de pertença por tais unidades. A organização comunitária é a nova proposta que corporifica trazer maior maleabilidade à rigidez estática e burocrática dos territórios paroquiais.

Comunidade de Santa Luzia – uma comunidade religiosa e a construção de seu território

Grande é o número de comunidades religiosas católicas que encontramos mesmo em pequenas cidades do interior do país. Essas comunidades territorializam espaços rurais e urbanos aglutinando fiéis em torno de uma igreja ou capela (principal tipo de edificação católica na maioria das comunidades rurais). Mas, a influência da comunidade religiosa não é delimitada com perfeita exatidão, mas com ligeira fluidez. Assim como os fiéis exercitando seu poder de mobilidade não se prendem indubitavelmente às comunidades religiosas próximas a sua localidade, mas àquelas em que se sentem mais à vontade, entre as várias comunidades que possam ser encontradas na cidade. Já na zona rural, devido às maiores distâncias entre templos católicos, os moradores dessas áreas procuram as comunidades mais próximas de sua residência.

A Comunidade de Santa Luzia, antiga comunidade da Baíca, é o local que recebe todos os anos, no dia 13 de dezembro, a romaria de Santa Luzia. A comunidade que carrega o nome da santa venerada pelos romeiros não surgiu com o evento religioso, mas ganhou grande notoriedade com os sucessivos anos em que ocorria. É um território de pequenos produtores, uma porção territorial que não teria outro destaque, como por exemplo, sua produção agropecuária, baseada principalmente na produção de leite e cultivo de milho para o consumo. Mas, com a realização do evento, a comunidade de Santa Luzia torna-se um centro de convergência religiosa, atraindo grande quantidade de fiéis e ocupando os noticiários do município de Porangatu e região.

A cidade de Porangatu, localizada no norte goiano, possui a maior concentração de católicos no estado de Goiás – perdendo apenas para o nordeste goiano. No estado de Goiás, 58,9% da população era católica em 2010 (TEIXEIRA NETO, inédito).

Localizando-se a 20 km da cidade de Porangatu, fazendo parte desse município, a Comunidade de Santa Luzia é composta por cerca de 30 propriedades rurais de variada extensão, a maioria delas não ultrapassando os cem hectares de terra. No decorrer da ocupação do cerrado goiano, os pequenos agricultores, em sua maioria, praticam a agricultura familiar. Todos os produtos do trabalho, além do capital gerado pela atividade, são absorvidos pela família.

O povoado possui uma grande dependência da cidade de Porangatu, já que alguns habitantes possuem emprego na zona urbana e outros necessitam ir à feira vender os produtos cultivados, animais e derivados. As casas que se encontram na comunidade são em sua maioria, moradias modestas, pequenas, com apenas dois quartos e uma varanda. Algumas casas foram recentemente reformadas ou estão em processo de reforma, o que sugere que as condições de vida de muitos têm melhorado na comunidade. Os quintais se apresentam cobertos de árvores frutíferas como o caju, ou palmeiras como a guariroba, que se destinam à alimentação do grupo familiar. Como as terras são de poucos hectares, as áreas de pasto e plantio não ficam muito distantes das casas. Ribeiro e Alencar (2012) esclarecem que a produção de legumes, hortaliças, de animais e aves servem para o próprio sustento ou também para a venda na feira da cidade de Porangatu, fator que aumenta a renda da família.

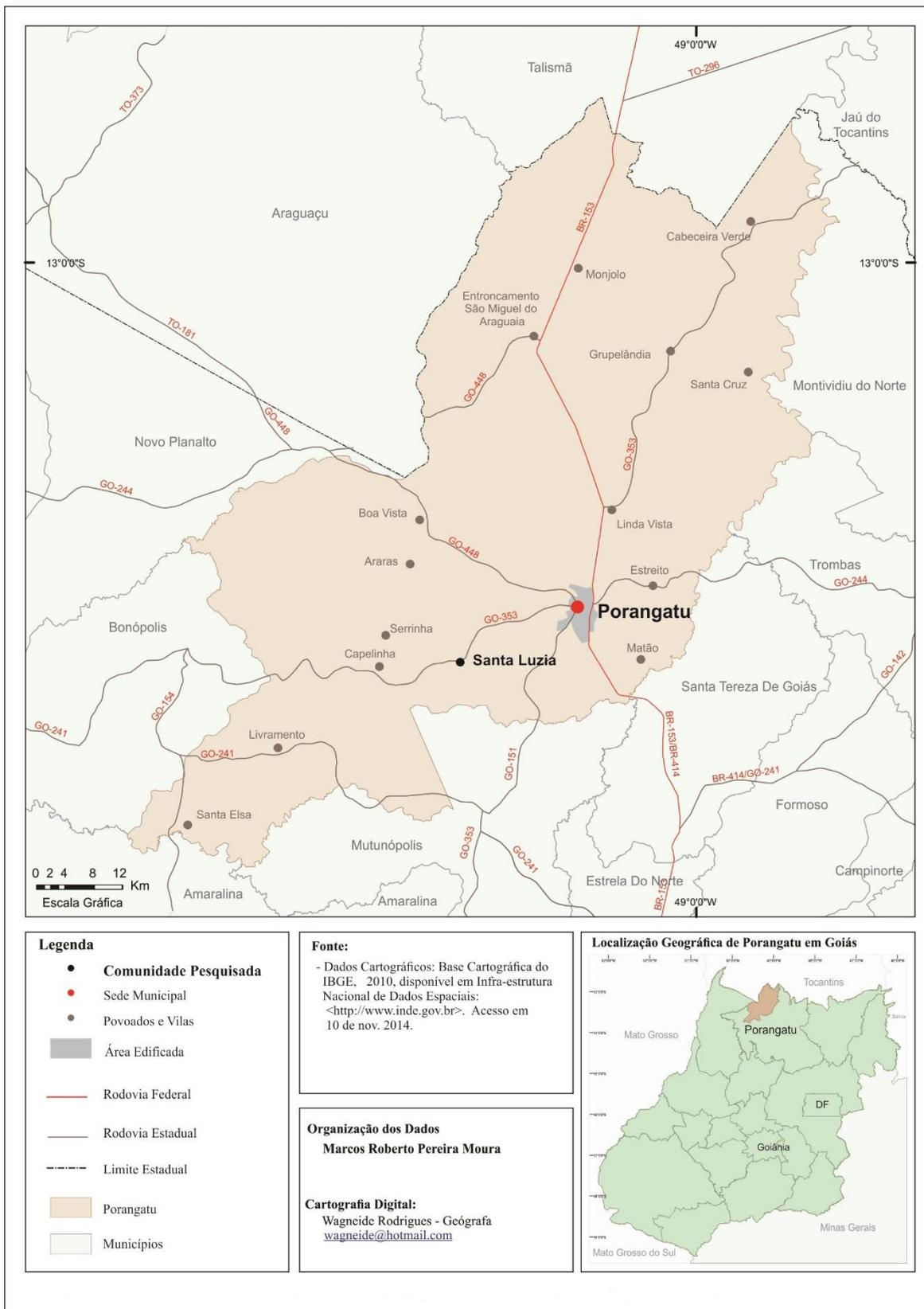


Figura 02: Mapa da Localização da Comunidade de Santa Luzia – Município de Porangatu.

Fonte: IBGE, 2010.

Os sujeitos que ocupam esse território de cerrado transformam esse espaço, modelando-o de acordo com suas necessidades, ao mesmo tempo em que, em um processo dialético, também são direcionados a uma adaptação. A cada dia, os moradores da Comunidade de Santa Luzia procuram acomodar-se às características que o meio lhes impõe, seus momentos de chuva, sua época de estiagem, seu solo de considerável acidez. É sobre esse território que se constroem os modos de vida desses povos do cerrado. Sobre essas terras são construídas suas histórias, se firmam e reafirmam suas tradições, se erguem memórias coletivas. Toda memória coletiva é consolidada em um determinado espaço e as imagens espaciais são importantes elementos em sua constituição. Halbwachs (1990, p. 133) afirma que “Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele o transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta as coisas materiais que a ele resistem”.

Em um determinado território, todo o processo de (re)construção das identidades coletivas tem forte vinculação à história e à tradição, que são reelaboradas conforme os interesses do presente. De fato, havia um pequeno grupo de produtores rurais que pela proximidade entre suas propriedades estabeleciam alguns contatos mais fraternais, mantendo certos vínculos de amizade entre si. Mas a igreja católica teve importante papel na aglutinação do grupo, identificando-os como a comunidade de Santa Luzia. A denominação foi atribuída pela igreja católica, mais precisamente, pela Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Em Porangatu, essa paróquia é responsável pela organização das comunidades católicas do município e tem como intuito possibilitar o gerenciamento das visitas de *Ministros da Palavra*⁵. Dessa forma, a comunidade formada por um pequeno grupo de produtores rurais devotos à “Santa dos Olhos”, passou a ser chamada de Comunidade de Santa Luzia.

Mas alguns ainda conhecem a comunidade como Comunidade da Baíca. O antigo nome da comunidade é alusivo a uma importante figura da comunidade, já falecida, mas que permanece muito presente nos relatos dos moradores. Não existem muitos registros publicados sobre a vida de Maria Pereira Soares, a Dona Baíca, ou sua pequena comunidade. As informações, de fato, se descortinam com poucos trabalhos divulgados sobre a comunidade e a romaria de Santa Luzia, como uma monografia apresentada por Ribeiro e

⁵ Os Ministros da Palavra são pessoas leigas da comunidade, instruídas a efetuar alguns serviços religiosos da Igreja Católica, como a realização de celebrações na ausência de um padre. De acordo com o Cãnone 230 §3: “Onde a necessidade da igreja o aconselhar, podem também os leigos na falta de um ministro, mesmo não sendo leitores ou acólitos, suprir alguns de seus ofícios, a saber, exercer o ministério da palavra, presidir as orações litúrgicas, administrar o batismo e distribuir a sagrada Comunhão, de acordo com as prescrições do direito” (CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, 1983, p. 39).

Alencar (2012)⁶. Apesar dos jornais *on-line* da região divulgarem notícias, elas são um tanto vagas e curtas, sobre a festa e a comunidade. Por isso, tornam-se valiosos os relatos obtidos com os trabalhos de campo.

Compreender o processo de surgimento da Comunidade de Santa Luzia torna-se mais conveniente quando se dá enfoque a história de Maria Pereira Soares (que no futuro seria chamada de Dona Baíca) e o momento no qual conheceu Deuzelis Vieira Soares. Ao chegar à região, Deuzelis, já casado, compra uma propriedade com a intenção de morar nesse local com a esposa. Trabalhando em suas terras, o recém-chegado conhece Maria por quem se apaixona, separando-se da esposa para casar-se com a moça que conhecera na região.

Muitos anos se passam desde a união de Deuzeli e Maria, que sendo muito católicos passam a realizar encontros para rezarem em louvor a Santa Luzia todo dia 13 de dezembro. O evento sempre reunia muitas pessoas da região, até devotos de outros santos, mas que se juntavam pela amizade ao casal e/ou pela fé católica.

Em 1978, Deuzelis chega a falecer, mas Dona Baíca continua a gerenciar os trabalhos em suas terras. Segundo Ribeiro e Alencar (2012), o cultivo da terra passa a ser realizado por meeiros e arrendatários, que plantam arroz, feijão, milho, mandioca e cana. Dona Baíca mantém a tradição religiosa das rezas na comunidade e incentiva as pessoas a também rezarem. A comunidade já conhecida como Comunidade da Baíca, passa a adotar o nome de Santa Luzia devido a destacável devoção à santa.

A viúva tem uma posição de destaque na comunidade, tornando-se uma liderança não apenas religiosa, mas também política. É devido a todo esse prestígio que Dona Baíca consegue trazer para a comunidade a primeira escola com o Ensino Fundamental I. Uma das professoras que atuaram na pequena escola, Maria da Glória Carvalho Campos, hoje com 48 anos, nos conta que já era moradora da região e assumiu o cargo de professora devido ao apoio de Dona Baíca. Atualmente ela ministra aulas em uma escola de outra comunidade rural e se lembra de Dona Baíca com gratidão e respeito: “Todos aqui gostavam muito dela, pois ela ensinava e incentivava todos a rezar. As crianças desde cedo já aprendiam a rezar com ela. Ela também buscava o tempo todo trazer melhorias para a comunidade, ela queria facilitar a vida de todo mundo” (Pesquisa de campo, maio de 2014).

A produtora rural Maria Sônia Teixeira de Moraes Carvalho, de 41 anos, foi adotada por Dona Baíca aos quatro anos de idade. Maria relata que, como sua mãe adotiva não teve

⁶ A monografia citada foi apresentada como requisito a obtenção de grau de Licenciatura Plena em História em 2012, por Maria Lopes Ribeiro e Weber José Gomes de Alencar na Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Porangatu.

filhos, adotou-a e em seguida reconheceu como filho adotivo mais uma criança, um menino chamado Leci Teixeira de Moraes. Os filhos adotivos, Maria e Leci, hoje são herdeiros e continuam ocupando as terras que compunha a Fazenda Santa Luzia, de Dona Baíca.

Na empreitada de seu trabalho religioso sempre à frente de rezas, missas e encontros na comunidade, Dona Baíca via crescer cada vez mais a quantidade de pessoas que se reuniam de casa em casa, para os eventos religiosos. Esta senhora percebia que a comunidade crescia e via a necessidade da construção de uma capela em louvor a Santa Luzia, que pudesse abrigar todos os fiéis. Mais do que a construção de um templo religioso, o objetivo de todos que participavam da comunidade era a materialização de sua memória religiosa sobre o espaço, de maneira que essa imagem (edificação) espacial, desse maior sentido a sua devoção e fortalecesse o sentimento de perpetuação da tradição religiosa.

Segundo Halbwachs (1990), quando um grupo religioso tem seus templos destruídos eles se esquecem de seus cultos. Contudo, se novos templos são construídos a fé do grupo se consolida, pois a religião se consolida no espaço. Um grupo religioso encontra, pois, maior amparo em acreditar que sua memória coletiva não está mais presa apenas aos homens em sua visível volatilidade. De forma estável, se consolida sobre o espaço sob a forma de uma igreja.

Depois de a comunidade arrecadar dinheiro com algumas festas, os sucessivos mutirões, também com o apoio da paróquia e da prefeitura de Porangatu, a capela de Santa Luzia foi construída no ano de 2000. A conclusão das obras deu-se dois anos após o falecimento de sua principal articuladora, em 1998. A imagem da santa que pertencia a Dona Baíca deixou o lar que ocupava (isto quando não “passeava” pelos vários lares da comunidade durante as rezas) para tomar o lugar que lhe fora destinado, sobre o altar da pequena capela de Santa Luzia. A santa de devoção da família de Dona Baíca torna-se a padroeira da comunidade.

Em um estudo sobre a religião na zona rural de Itapira, interior de São Paulo, Brandão (1985) nos aponta algumas características da prática religiosa católica que incorrem em diversas comunidades rurais. Ele ressalta que existe uma trajetória rotineira na qual o santo de devoção de uma família passa a ser o padroeiro de uma comunidade camponesa.

Mas, Dona Baíca continua presente na memória daqueles que a conheceram. Ela é lembrada sempre pela comunidade com muita gratidão pelas suas ações em favor da região em que vivia. A região é ainda conhecida por muitos como Comunidade da Baíca.

O pequeno agropecuarista José Alves Carvalho, de 50 anos, mostra com orgulho o galpão construído para abrigar seu trator. José conseguiu comprar seu veículo agrícola

mediante uma das linhas de crédito do FCO Rural⁷. O acesso a linhas de crédito de programas do governo federal tem melhorado as condições de vida e trabalho em muitas propriedades na Comunidade de Santa Luzia. Alguns produtores rurais conseguiram reformar suas casas, comprar máquinas, ou alguns bovinos, que na região são utilizados principalmente para a produção de leite. José fez parte da primeira romaria de Santa Luzia, compondo um grupo de 70 pessoas, que em 13 de dezembro de 2001, caminhou do centro da cidade de Porangatu até a comunidade. O pequeno agropecuarista está sempre presente às missas realizadas na capela de Santa Luzia.

Segundo Rosendahl (2005), o homem religioso é movido por uma fé baseada na experiência individual e coletiva, sendo a experiência grupal favorecida frequentemente pela igreja. José e os outros membros da comunidade, comungam semelhantes experiências religiosas e partilham do sentimento de pertencimento à comunidade, na proporção que “a manutenção do lugar sagrado favorece a noção de que a comunidade partilha uma identidade comum, um sentimento de integração e de comunidade religiosa” (ROSENDAHL, 2005, p. 12.932).

Assim se torna perceptível na comunidade da Baíca uma identidade religiosa, motivando os encontros movidos pela fé católica, além de possibilitarem a realização de festas para arrecadação de fundos para eventos religiosos. Os momentos em que esses pequenos agricultores se reúnem para a realização de rezas e missas configuram-se em destacáveis oportunidades para que a comunidade possa se socializar, se divertir no contato uns com os outros. As rezas continuam a ser realizadas na comunidade, também em louvor a outros santos que não sejam Santa Luzia. Na capela de Santa Luzia ocasionalmente são realizadas novenas.

A comunidade religiosa de Santa Luzia constituíra-se em importante elemento aglutinador dos sujeitos na região, promovendo a solidariedade, a geração de interesses em comum, de uma identidade. Mesmo que a festa de Santa Luzia, realizada nos dias 10 a 13 de dezembro, seja o principal evento da comunidade, outras rezas e novenas movimentam a fé católica no decorrer do ano.

As dioceses são unidades essenciais no processo de territorialização da Igreja Católica, como foi descrito por Rosendahl (2002). Em territórios em que os tentáculos da

⁷ O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) foi criado pela Lei nº 7.827, de 27/9/1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, com o objetivo de possibilitar o desenvolvimento econômico e social da região, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos. O FCO Rural, destinado a produtores rurais, possui baixas taxas de juros e prazos para pagamentos de até 20 anos (Cartilha do FCO, http://www.sudeco.gov.br/documents/10157/84110/Cartilha_FCO_20_2_14_sem_logo.pdf, acesso em 05 de julho de 2014).

Igreja não alcançam surgem as manifestações do catolicismo popular⁸. Desde o momento em que cresce a movimentação popular, o Catolicismo Oficial procura auxiliar nos rituais, de modo a garantir seu domínio sobre o território. Na Comunidade da Santa Luzia, ex-Comunidade da Baíca, os atributos da religiosidade popular foram marcantes, com a reza em louvor à Santa Luzia realizando-se todos os anos, as várias novenas de casa em casa. A paróquia local assistia a comunidade enviando ministros, à medida que se fortaleciam as rezas, terços e novenas. Quando é efetuada a construção da capela, a comunidade passa a receber a visita do padre uma vez por mês, além de também assumir a coordenação da romaria com o auxílio da Prefeitura de Porangatu. A paróquia local logo oficializou a instauração de seu território religioso, aproveitando-se do pequeno grupo de fiéis para a consolidação da Comunidade de Santa Luzia.

Na imagem a seguir, apresenta-se o ponto central do território da comunidade de Santa Luzia, onde se localiza a capela e dependências de apoio (fig. 03). No cotidiano, tais edificações são locais onde os indivíduos da comunidade professam sua fé e reafirmam seus laços sociais.



Figura 03 – Foto panorâmica da Comunidade de Santa Luzia.
Fonte: Pesquisa de campo, Marcos Moura, 2014.

A comunidade de Santa Luzia, instituída como uma Comunidade Religiosa faz parte da hierarquia territorial da igreja submetendo-se, imediatamente, a Paróquia de Nossa Senhora da Piedade que coordena os serviços eclesiais do município, seja na zona urbana ou rural. Como já foi dito, a comunidade foi formada com base em um pequeno grupo de produtores locais que se reuniam ocasionalmente para rezar. O esquema a seguir (fig. 04) representa a hierarquia territorial religiosa, na qual a comunidade se insere.

⁸ Persistindo desde o tempo da colonização, é uma das formas mais tradicionais de catolicismo no Brasil. Sua principal característica está no culto aos santos e a determinante participação dos leigos (TEIXEIRA, 2009).

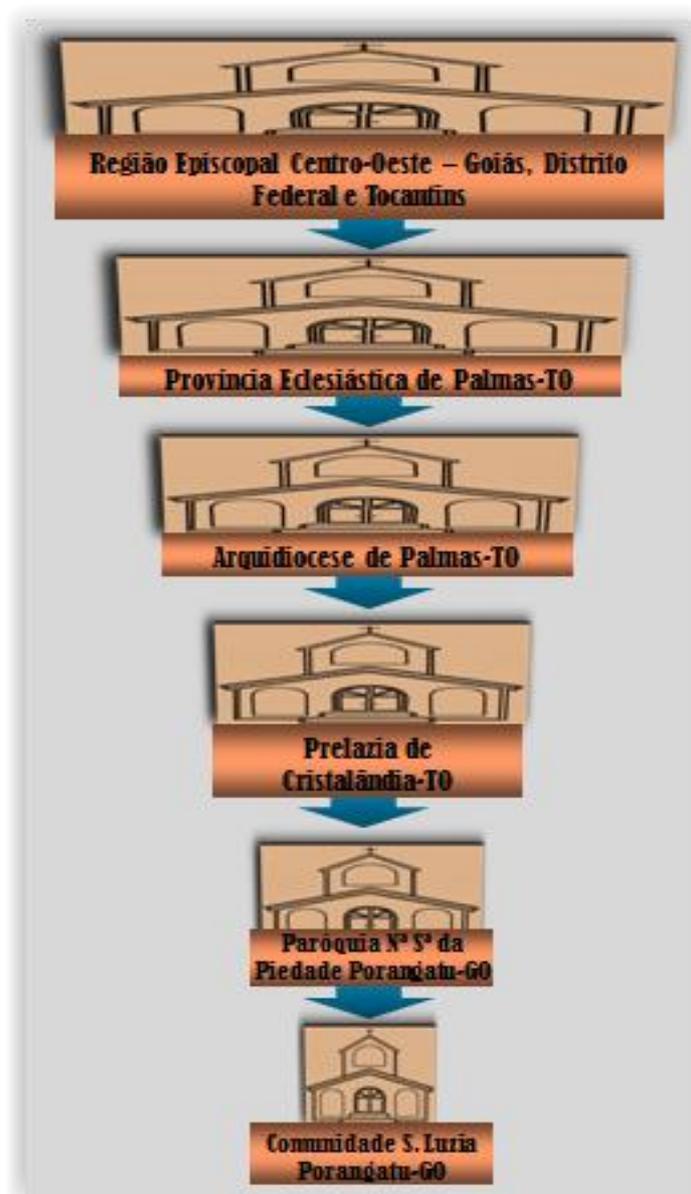


Figura 04: Esquema da hierarquia territorial da Igreja Católica da qual faz parte a Comunidade Santa Luzia.
 Fonte: Código de Direito Canônico; Elaboração: Marcos Roberto P. Moura

Singular é o fato de que a paróquia de Porangatu em Goiás está ligada à Prelazia de Cristalândia localizada em outro Estado, o Tocantins. Isso se deve ao fato de que, quando o atual território do estado do Tocantins fazia parte de Goiás, Porangatu estava submetida à prelazia de Cristalândia. Com a instauração do estado do Tocantins, o município goiano continuou ligada à prelazia tocantinense, mantendo-se dessa forma até hoje.

A comunidade rural de Santa Luzia faz parte de um grupo de 15 comunidades religiosas que são coordenadas pela paróquia local, são 7 comunidades rurais e 16 comunidades urbanas. Devido à falta de um número maior de padres, as comunidades rurais

recebem o padre para as missas uma vez por mês⁹. O fato é que “o equilíbrio territorial paroquial pode não resistir ao desequilíbrio demográfico, à mobilidade recente da população e à escassez de padres” (ROSENDAHL, 2001 p. 19). Mesmo que a quantidade de padres tenha aumentado nos últimos anos, não é o bastante para atender de forma mais intensa os vários agrupamentos humanos, que demonstram mobilidade cada vez mais acentuada, ocupando vários territórios.

Por mais que esteja ligada à paróquia e alinhada com suas determinações, como todas as comunidades religiosas católicas, a comunidade de Santa Luzia apresenta pequenos elementos identitários que se tornam visíveis àqueles que assistem uma missa na comunidade. Um costume curioso que é praticado durante as missas na Comunidade de Santa Luzia é que homens e mulheres sentam-se separados. Homens ocupam os bancos do lado direito e mulheres do lado esquerdo. Tal prática singular é mais comum em igrejas evangélicas e quase nunca visto em igrejas católicas. Não se tem informações de como essa prática teve início, mas continua sendo respeitada durante a missa.

As comunidades católicas, principalmente as que ocupam o meio rural, tendem a adotar pequenas particularidades, assim, uma estratégia que a igreja utiliza para coordenar determinados territórios é convidar pessoas da própria comunidade para serem coordenadores de seus respectivos agrupamentos de fiéis. Esses coordenadores ao assumirem os trabalhos a frente de sua comunidade são convocados a participarem de um curso promovido pela paróquia. Esses líderes fornecem seus contatos telefônicos, passando a ser o canal direto entre a organização episcopal e a comunidade. Também são responsáveis por garantir que as determinações paroquiais possam chegar ao grupo.

Notável é perceber que o coordenador da Comunidade de Santa Luzia há alguns anos foi Leci Teixeira de Moraes¹⁰, filho de Dona Baíca. Sua gestão à frente da comunidade encerrou-se em dezembro de 2014. Leci representa a presença da manutenção dos preceitos do catolicismo oficial na comunidade, diferente de sua mãe, conhecida e admirada por sua participação e organização de rezas e novenas, o culto e festejo aos santos, práticas de forte expressão no catolicismo popular.

As comunidades religiosas como a de Santa Luzia representam fisicamente a territorialidade da igreja católica. São verdadeiros territórios demarcados pelo catolicismo no exercício de seu poder, procurando sempre proteger os rígidos dogmas católicos daquilo que o catolicismo oficial considera como exagero de algumas práticas do catolicismo popular. Tais comunidades adquirem identidades singulares por meio das relações geradas

⁹ Informações do calendário 2014 da Paróquia Nossa Senhora da Piedade.

¹⁰ Informação também extraída do calendário 2014 da Paróquia Nossa Senhora da Piedade.

pelo convívio em função da religião. Formado por um pequeno grupo que ocupa algumas fazendas próximas à capela, todos os anos a comunidade se alegra em se preparar para receber a romaria de Santa Luzia.

Considerações Finais

Levando-se em conta os argumentos até aqui expostos, por conseguinte, comunidade é um conceito que apresenta destacáveis perspectivas para o estudo de grupos humanos que ocupam um território, podendo ser investigados inclusive por meio da Geografia. Uma comunidade é marcada pela territorialidade que efetua e as relações afetivas que agrega ao território. No conjunto das territorialidades da Igreja Católica, a comunidade constitui-se importante elo ao final da estrutura hierárquica, cumprindo a função de gestar laços de pertencimento e identidade a um território religioso. Sob essa ótica, a comunidade de Santa Luzia, como comunidade religiosa, bem representa a forma como a identidade de um grupo é elaborada a partir do sentimento religioso, fortalecido pelo processo de controle territorial desta igreja.

A pesquisa demonstra que o principal direcionamento da Igreja Católica, atualmente, é fortalecer as comunidades, entendendo que estas são importantes formas de contato com os fiéis. No caso da Comunidade Santa Luzia, a igreja atua de maneira a apoiar a comunidade em sua organização religiosa, garantindo que seus membros sejam representados junto à paróquia, por um coordenador. Pode-se concluir que ali a Igreja atua exercendo seu controle sobre o território religioso, mas sem interferir drasticamente nas manifestações populares católicas, como a reza do terço, as novenas e a organização da romaria. A territorialidade local foi construída inicialmente, a partir das manifestações populares do catolicismo e sua identidade ainda se mantém consideravelmente ligada a essas tradições, mesmo com as influências das territorialidades do Catolicismo Oficial.

Mantendo diversas formas de ligação ao território, seja de forma transterritorial ou virtual, as comunidades são ainda notáveis formas de coletividade. A Geografia pode, perfeitamente, utilizar-se do conceito de comunidade para continuar imprimindo sua trajetória em busca da compreensão das diferentes formas de ocupação do espaço.

Acredita-se ter contribuído com esse artigo para aproximação de conceitos de diferentes áreas, ao propor o estudo da territorialidade das comunidades. Contudo, admite-se que ao trabalhar com conceitos que ao serem associados podem gerar relações complexas,

esta pesquisa está sujeita a complementações. De todo modo, ainda se acredita que pode ser útil para futuros estudos.

THE COMMUNITY AS AN EXPRESSION OF TERRITORIALITY OF CATHOLICISM: THE COMMUNITY OF SANTA LUZIA IN PORANGATU (GOIÁS - BRAZIL)

Abstract: This article aims to propose a discussion about the use of the community, a more usual to sociology and anthropology term as a way of studying, in geography, given territory. Communities occupy territories and maintains strong relationships with these, demonstrating important form of relationship between men and their territory. The Catholic Church in the process of constructing their religious territory bet in the communities as a way to expand its territorial strengthening the bonds of belonging. A literature search is a small theoretical reconstruction of the concept of community and of Catholicism territoriality. We ended the text presenting a survey conducted on the Catholic community of Santa Luzia, a qualitative research, with participant observation, also using up the oral history.

Keywords: Community Territorialities. Catholic Church. Community Santa Luzia.

Referências

ALMEIDA, Maria Geralda. Fronteiras, territórios e territorialidades. Revista da ANPEGE. Ano 2, n. 2. Fortaleza: 2005. p. 103-114.

_____. A propósito do trato do invisível, do intangível e do discurso na Geografia Cultural. Revista da ANPEGE, v. 9, n. 11, p. 41-50, jan./jun. 2013. p. 41-50.

BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2003. p. 69-79.

BONJARDIM, Solimar Guindo Messias e ALMEIDA, Maria Geralda de. Hierofanias territorializadas: a Igreja Católica em Sergipe, Brasil. Revista Colombiana de Geografia Vol. 22, n.º 1. Bogotá: jan.-jun. de 2013. p. 69-79.

BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do território. In: CORREA, Roberto L. e ROSENDAHL, Zeny. Geografia cultural: um século (3). Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Memória do Sagrado: estudos de religião e ritual. São Paulo: Paulinas, 1985.

CNBB. Comunidade de Comunidades: Uma nova Paróquia. 4ª Ed. São Paulo: Edições CNBB, 2014.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. São Paulo: Loyola, 1983.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. Espaço sagrado: estudos em geografia da religião. Curitiba: Ibpx, 2008.

GIL FILHO, Sylvio Fausto, GIL, Ana H. Corrêa. In: ROSENDAHL, Z e CORRÊA, R.L. (Org.). Religião, Identidade e Território. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

PALACIOS, Marcos Silva. Cotidiano e sociabilidade no cyberspaco: apontamentos para uma discussão. In: FAUSTO NETO, Antônio; PINTO, Milton José. (Org.). O indivíduo e as mídias. RIO DE JANEIRO, 1996, p. 87-104.

RIBEIRO, Maísa Lopes e ALENCAR; Weber José Gomes de. Romaria e festa de Santa Luzia no município de Porangatu/GO: contextualização do profano e do sagrado. 2012. Monografia (Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em História) – UEG, Porangatu.

ROSENDAHL, Zeny. Geografia e religião uma proposta. Revista Espaço e Cultura, NEPEC, ano 1, outubro de 1995.

_____. Espaço, política e religião. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Religião, Identidade e Território. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

_____. Espaço e Religião: uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

_____. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10, 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: USP. 1994. p.12928- 12942.

TEIXEIRA, Faustino. Faces do catolicismo brasileiro contemporâneo. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Org.). Catolicismo plural: dinâmicas contemporâneas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p.17-30.

TEIXEIRA NETO, Antônio. Goiás em preto e branco. Goiânia. (Inédito).

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típico -ideais. In: FERNANDES, F. (org.). Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Nacional/ Edusp, 1973. p. 96-116.

WAGNER, Philip L.; MIKESELL, Marvin W. Os temas da Geografia Cultural. In: CORREA, Roberto L. e ROSENDAHL, Zeny (Org.). Introdução à Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003. p. 27-62.

WEBER, Max. Conceitos Básicos de Sociologia. 5ª Ed. São Paulo: Editora Centauro, 2002.

SOBRE OS AUTORES

Marcos Roberto Pereira Moura é mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás / Instituto de Estudos Socioambientais; bolsista da Fapeg.

Maria Geralda de Almeida é doutora em Geografia pela Université de Bordeaux III, pós-doutora em Geografia Humana pela Universidad de Barcelona, em Geografia Cultural pela Université Laval, pela Università Degli Studi Di Genova e pela Université de Paris IV Paris-Sorbonne; professora titular da Universidade Federal de Goiás, pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais-LABOTER.

Recebido em 18/05/2015

Aceito em 18/06/2015